

MERCOSUR/PM/SO/REC.

**RECOMENDAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E RESILIÊNCIA DOS SISTEMAS
ALIMENTARES FRENTE ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS NO MERCOSUL**

VISTO:

O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, que consagram, entre outros princípios, a promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social, a solidariedade, a cooperação regional, a participação cidadã e a integração latino-americana;

O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015–2030, que estabelece como prioridade a ampliação de sistemas de alerta precoce, eficazes, multissetoriais e acessíveis a todos;

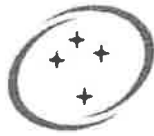
A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2, 11 e 13.

CONSIDERANDO:

Que a segurança alimentar é um direito humano fundamental e sua garantia em situações de emergência climática demanda respostas coordenadas e multissetoriais;

Que os eventos climáticos extremos observados na região, como as enchentes de 2024 no estado do Rio Grande do Sul (Brasil), evidenciam os riscos interligados à segurança alimentar, à saúde pública e à estabilidade socioeconômica, conforme alertado pela Organização Meteorológica Mundial (WMO) e instituições técnicas nacionais;

Que desastres naturais, como secas, inundações e tempestades,



comprometem a produção agrícola, destroem estoques alimentares e interrompem cadeias de distribuição, dificultando o acesso regular a alimentos e agravando indicadores de desnutrição e fome, conforme alertado pela FAO e pela OPAS;

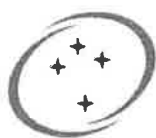
Que, segundo a FAO (2024), 187,6 milhões de pessoas na América Latina e Caribe enfrentaram insegurança alimentar moderada ou grave em 2023, representando 28,2% da população. A insegurança alimentar grave afetou 58,1 milhões de pessoas (8,7%);

Que o aumento da variabilidade climática e a ocorrência de fenômenos extremos impactam diretamente os sistemas agroalimentares, intensificam a insegurança alimentar e aumentam o risco de má nutrição, como aponta o Panorama Regional da FAO (2024), com 74% dos países da região altamente expostos a eventos extremos e 52% em condição de vulnerabilidade estrutural;

Que a insegurança alimentar afeta de forma desproporcional mulheres e populações rurais: a brecha de gênero na insegurança alimentar moderada ou grave foi de 5,2 pontos percentuais em 2023, e nas zonas rurais a prevalência foi 6,2 pontos superior às urbanas (FAO, 2024);

Que o CEMADEN alerta que é crescente a correlação entre mudanças climáticas, emergências sanitárias e crises alimentares, sendo urgente integrar a segurança alimentar aos planos nacionais e regionais de gestão de risco (CEMADEN, 2024);

Que é essencial incorporar a resiliência alimentar nos sistemas de resposta a desastres, com mecanismos de previsão, prevenção, assistência e recuperação integrados;



O PARLAMENTO DO MERCOSUL

RECOMENDA AO CMC:

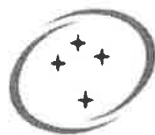
Art. 1º. Reconhecer a segurança alimentar como um eixo prioritário e transversal das políticas de gestão de riscos, adaptação climática e desenvolvimento sustentável, promovendo sua plena integração nos instrumentos regionais de cooperação, bem como nas agendas nacionais de agricultura, meio ambiente, saúde e proteção social dos Estados Parte.

Art. 2º. Estabelecer diretrizes regionais para a atuação coordenada entre os Estados Parte em contextos de crise alimentar agravada por desastres, com base nos princípios da cooperação solidária, da ação coordenada e do respeito à soberania nacional, conforme estabelecido nas diretrizes de atuação conjunta, mobilização de recursos e assistência recíproca entre Estados Parte.

Art. 3º. Reforçar a articulação entre os sistemas nacionais de defesa civil, saúde, assistência social e agricultura, com vistas a:

- I. Garantir o abastecimento de alimentos saudáveis e acessíveis às populações atingidas;
- II. Proteger a produção agropecuária familiar e os sistemas agroecológicos locais;
- III. Operacionalizar estoques públicos regionais e bancos de alimentos solidários;
- IV. Ampliar a atuação das cozinhas comunitárias, cestas emergenciais e restaurantes populares;
- V. Implementar protocolos comuns de atuação entre países vizinhos para resposta rápida e coordenada em emergências alimentares.

Art. 4º. Criar um Mecanismo Regional de Resposta Rápida para Segurança Alimentar e Nutricional, que inclua:



I. Diagnósticos participativos de risco e insegurança alimentar com abrangência regional;

II. Fundos emergenciais solidários com regras de acionamento rápido e transparente;

III. Mobilização logística integrada entre os Estados Parte, com mapeamento de capacidades e recursos para resposta humanitária conjunta.

Art. 5º. Estimular o desenvolvimento de sistemas regionais de alerta precoce para riscos à segurança alimentar, com base em dados climáticos, indicadores nutricionais e socioeconômicos, e mecanismos compartilhados de monitoramento.

Art. 6º. Promover intercâmbio técnico-científico e capacitação conjunta entre os países do MERCOSUL em temas de governança alimentar, logística de emergência, nutrição em desastres e estratégias de recuperação resiliente.

Art. 7º. Reforçar políticas regionais voltadas à consolidação de sistemas alimentares mais sustentáveis, inclusivos e resilientes, por meio de:

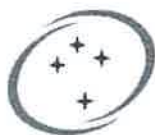
I. Incentivo à produção alimentar adaptada às condições locais e às mudanças climáticas;

II. Apoio a estratégias territoriais de abastecimento alimentar e fortalecimento de circuitos curtos de comercialização;

III. Promoção de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis, com respeito à diversidade cultural e nutricional;

IV. Redução de vulnerabilidades estruturais nos fluxos de abastecimento e nas cadeias logísticas regionais.

Art. 8º. Que o Conselho do Mercado Comum encaminhe a presente Recomendação, para estudo e deliberação técnica, aos Subgrupos de Trabalho nº 6 (Meio Ambiente), nº 8 (Agricultura) e nº 11 (Saúde), bem como



PARLAMENTO
DEL MERCOSUR
PARLAMENTO
DO MERCOSUL

COMISSÃO ESPECIAL DE EMERGÊNCIA
AMBIENTAL E SANITÁRIA

à Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres (RMAGIR), a fim de que elaborem as propostas correspondentes para sua implementação coordenada nos Estados Partes.

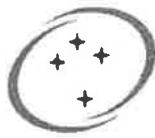
Art. 9º. Que o Conselho do Mercado Comum informe ao Parlamento do MERCOSUL sobre os avanços na implementação da presente Recomendação, no marco dos informes anuais, garantindo o acompanhamento democrático, a transparência e a participação cidadã no processo de integração regional.

Héitor Schuch
Presidente da Comissão Especial de Emergência
Ambiental e Sanitária

Matias Sotomayor
Presidente da Frente Parlamentar contra a Fome

Raul Bittel
Parlamentar (Argentina)

Cecilia N. Alón



MERCOSUR/PM/SO/REC.

**RECOMENDACIÓN SOBRE LA PROTECCIÓN Y RESILIENCIA DE LOS
SISTEMAS ALIMENTARIOS FRENTE A LAS EMERGENCIAS CLIMÁTICAS
EN EL MERCOSUR**

VISTO:

El Tratado de Asunción, el Protocolo de Ouro Preto y el Protocolo Constitutivo del Parlamento del MERCOSUR, que consagran, entre otros principios, la promoción del desarrollo sostenible con justicia social, la solidaridad, la cooperación regional, la participación ciudadana y la integración latinoamericana;

El Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015–2030, que establece como prioridad la ampliación de sistemas de alerta temprana eficaces, multisectoriales y accesibles para todas las personas;

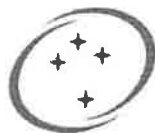
La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible, especialmente los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) 2, 11 y 13.

CONSIDERANDO:

Que la seguridad alimentaria es un derecho humano fundamental y su garantía en situaciones de emergencia climática requiere respuestas coordinadas y multisectoriales;

Que los eventos climáticos extremos observados en la región, como las inundaciones de 2024 en el estado de Río Grande do Sul (Brasil), evidencian los riesgos interrelacionados con la seguridad alimentaria, la salud pública y la estabilidad socioeconómica, tal como lo advierten la Organización Meteorológica Mundial (OMM) y organismos técnicos nacionales;

Que los desastres naturales, como sequías, inundaciones y tormentas, afectan la producción agrícola, destruyen reservas alimentarias e



interrumpen las cadenas de distribución, dificultando el acceso regular a los alimentos y agravando los indicadores de desnutrición y hambre, según alertan la FAO y la OPS;

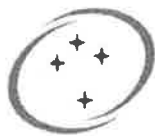
Que, según la FAO (2024), 187,6 millones de personas en América Latina y el Caribe enfrentaron inseguridad alimentaria moderada o grave en 2023, lo que representa el 28,2 % de la población. La inseguridad alimentaria grave afectó a 58,1 millones de personas (8,7 %);

Que el aumento de la variabilidad climática y la ocurrencia de fenómenos extremos impactan directamente los sistemas agroalimentarios, intensifican la inseguridad alimentaria y elevan el riesgo de malnutrición, como señala el Panorama Regional de la FAO (2024), con un 74 % de los países de la región altamente expuestos a eventos extremos y un 52 % en situación de vulnerabilidad estructural;

Que la inseguridad alimentaria afecta de manera desproporcionada a las mujeres y a las poblaciones rurales: la brecha de género en inseguridad alimentaria moderada o grave fue de 5,2 puntos porcentuales en 2023, y en zonas rurales la prevalencia fue 6,2 puntos mayor que en áreas urbanas (FAO, 2024);

Que el CEMADEN advierte que la correlación entre cambio climático, emergencias sanitarias y crisis alimentarias es cada vez más evidente, siendo urgente integrar la seguridad alimentaria en los planes nacionales y regionales de gestión del riesgo (CEMADEN, 2024);

Que es esencial incorporar la resiliencia alimentaria en los sistemas de respuesta ante desastres, mediante mecanismos integrados de previsión, prevención, asistencia y recuperación.



EL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

RECOMIENDA AL CMC:

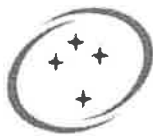
Art. 1°. Reconocer la seguridad alimentaria como un eje prioritario y transversal de las políticas de gestión del riesgo, adaptación climática y desarrollo sostenible, promoviendo su plena integración en los instrumentos regionales de cooperación, así como en las agendas nacionales de agricultura, medio ambiente, salud y protección social de los Estados Parte.

Art. 2°. Establecer directrices regionales para la actuación coordinada entre los Estados Parte en contextos de crisis alimentaria agravada por desastres, con base en los principios de cooperación solidaria, acción coordinada y respeto a la soberanía nacional, conforme a las directrices de actuación conjunta, movilización de recursos y asistencia recíproca entre los Estados Parte.

Art. 3°. Reforzar la articulación entre los sistemas nacionales de defensa civil, salud, asistencia social y agricultura, con el fin de:

- I. Garantizar el abastecimiento de alimentos saludables y accesibles a las poblaciones afectadas;
- II. Proteger la producción agropecuaria familiar y los sistemas agroecológicos locales;
- III. Operacionalizar reservas públicas regionales y bancos de alimentos solidarios;
- IV. Ampliar la actuación de cocinas comunitarias, canastas de emergencia y comedores populares;
- V. Implementar protocolos comunes de actuación entre países vecinos para una respuesta rápida y coordinada ante emergencias alimentarias.

Art. 4°. Crear un Mecanismo Regional de Respuesta Rápida para la Seguridad Alimentaria y Nutricional, que incluya:



I. Diagnósticos participativos del riesgo y la inseguridad alimentaria con alcance regional;

II. Fondos de emergencia solidarios con reglas de activación rápida y transparente;

III. Movilización logística integrada entre los Estados Parte, con mapeo de capacidades y recursos para una respuesta humanitaria conjunta.

Art. 5°. Fomentar el desarrollo de sistemas regionales de alerta temprana sobre riesgos para la seguridad alimentaria, basados en datos climáticos, indicadores nutricionales y socioeconómicos, y mecanismos compartidos de monitoreo.

Art. 6°. Promover el intercambio técnico-científico y la capacitación conjunta entre los países del MERCOSUR en temas de gobernanza alimentaria, logística de emergencia, nutrición en desastres y estrategias de recuperación resiliente.

Art. 7°. Reforzar políticas regionales orientadas a la consolidación de sistemas alimentarios más sostenibles, inclusivos y resilientes, mediante:

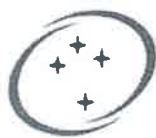
I. El fomento a la producción alimentaria adaptada a las condiciones locales y al cambio climático;

II. El apoyo a estrategias territoriales de abastecimiento alimentario y el fortalecimiento de circuitos cortos de comercialización;

III. La promoción de prácticas alimentarias saludables y sostenibles, con respeto a la diversidad cultural y nutricional;

IV. La reducción de vulnerabilidades estructurales en los flujos de abastecimiento y en las cadenas logísticas regionales.

Art. 8°. Que el Consejo del Mercado Común remita la presente Recomendación, para su estudio y deliberación técnica, a los Subgrupos de Trabajo N° 6 (Medio Ambiente), N° 8 (Agricultura) y N° 11 (Salud), así como a la Reunión de Ministros y Altas Autoridades de Gestión Integral de Riesgos



PARLAMENTO
DEL MERCOSUR
PARLAMENTO
DO MERCOSUL

COMISSÃO ESPECIAL DE EMERGÊNCIA
AMBIENTAL E SANITÁRIA

de Desastres (RMAGIR), a fin de que elaboren las propuestas correspondientes para su implementación coordinada en los Estados Parte.

Art. 9°. Que el Consejo del Mercado Común informe al Parlamento del MERCOSUR sobre los avances en la implementación de la presente Recomendación, en el marco de los informes anuales, garantizando el seguimiento democrático, la transparencia y la participación ciudadana en el proceso de integración regional.

Heitor Schuch
residente de la Comisión Especial de Emergencia
Ambiental y Sanitaria

Matías Sotomayor
Presidente del Frente Parlamentario contra el hambre

Raúl Bittel
Parlamentario (Argentina)

Cecilia Micheli

